TSUNAMI VERDE-AMARELO – UMA VISÃO NACIONALISTA

ROBERTO **GAMA E SILVA***
Contra-Almirante (Refº)

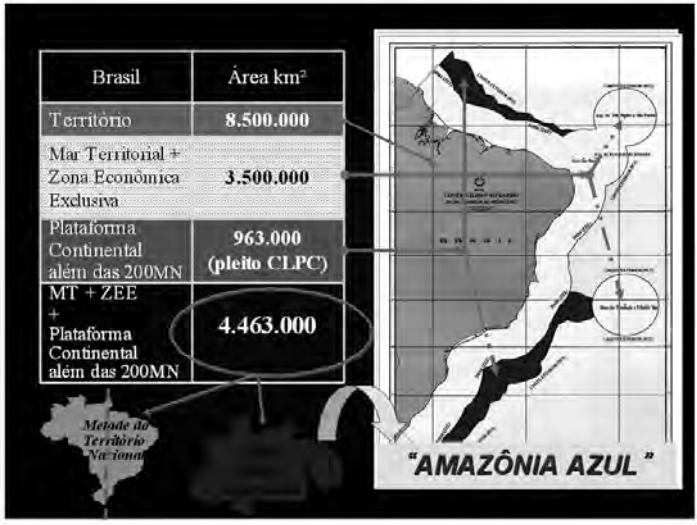
Nos dias atuais, em que a convergência de múltiplos interesses alienígenas atua no sentido de abafar o País com indevassável "conluio do silêncio", é quase impossível propagar as virtudes do Brasil, advertir sobre as ameaças que pairam contra a sobrevivência da pátria independente, impedir que seja ela submetida a qualquer tipo de espoliação e, ainda, apontar o rumo a adotar para que o País venha a ocupar a posição adrede reservada pela própria natureza.

Portanto, passo a discorrer sobre tema que tem grande significado, acima mesmo de motivação política, razão pela qual apresento, antecipadamente, as desculpas por exibir dados tão corriqueiros. Todavia, não o faço exatamente por julgá-los desconhecidos pelos brasileiros, mas por considerá-los essenciais ao esclarecimento de aspectos do nosso país que pretendo salientar.

O Brasil, com os seus 8.547.403,5 km^2 de território continental, é o quinto maior compartimento político da espaçonave Terra, suplantado apenas por Rússia, Canadá, China e Estados Unidos da América.

Se considerada também a área marítima sob "jurisdição econômica exclusiva", que deverá medir 963 mil km^2 além dos 3,5 milhões de km circunscritos pelas 200 milhas de afastamento da linha de costa, como previsto na "Lei do Mar", adicionar-se-ia uma área total de 4.463.000 km^2 ao domínio econômico do País, que, somada ao território continental, ofereceria ao Brasil, para exploração de recursos naturais, um gigantesco bloco de 13.010.403,5 km^2 de área.

* N.R.: Conferencista. Autor dos livros "A quinta-coluna do setor mineral. O entreguismo dos minérios"; "São mesmo nossos os minerais não-energéticos?" e "O olho grande na Amazônia brasileira". Habitual colaborador da RMB, desde 1993.



A superfície continental, vale lembrar, corresponde a 5,9% do total de terras emersas e a 47,9% de toda a América do Sul.

niente de um Estado é, no mínimo, metade de um continente."

Enfocando esse território continental, pode-se afirmar, sem qualquer laivo de ufanismo, que, entre todas as entidades políticas, é o nosso Brasil a única capaz de passar ao largo das quatro grandes crises em potencial (alimentos, água, energia e matérias-primas) que ameaçam a humanidade, pelo simples fato de se aproximar da situação autárquica, no que tange aos recursos naturais disponíveis nos seus domínios.

Estes percentuais enquadram o Brasil no rol dos países com dimensão adequada para sobreviver no mundo atual, segundo critério enunciado em 1939 pelo geopolítico norte-americano Derwent Stainthorpe Whittlesey:

"Difícil acreditar que Estados com pequena dimensão, cujos ecúmenos já se expandiram até os últimos limites, sejam bem-sucedidos, num mundo em que a dimensão conve-

SUPERFÍCIES E ÁREAS POTENCIALMENTE AGRICULTÁVEIS
(Áreas em milhões de Km²)

ESTADO / BLOCO	SUPERFÍCIE TOTAL	ÁREA AGRICULTÁVEL	% DA SUPERFÍCIE
Ex-URSS	22,34	3,58	15,9
NAFTA	21,08	4,65	22,1
RÚSSIA	17,07	1,81	10,6
CANADÁ	9,97	0,71	7,1
CHINA	9,57	3,18	33,3
USA	9,37	3,28	35,1
BRASIL	8,54	5,01	58,6
AUSTRÁLIA	7,58	1,27	16,5
EUROPA (- RÚSSIA)	4,87	1,74	35,7
AMAZÔNIA	4,01	2,49	62,1

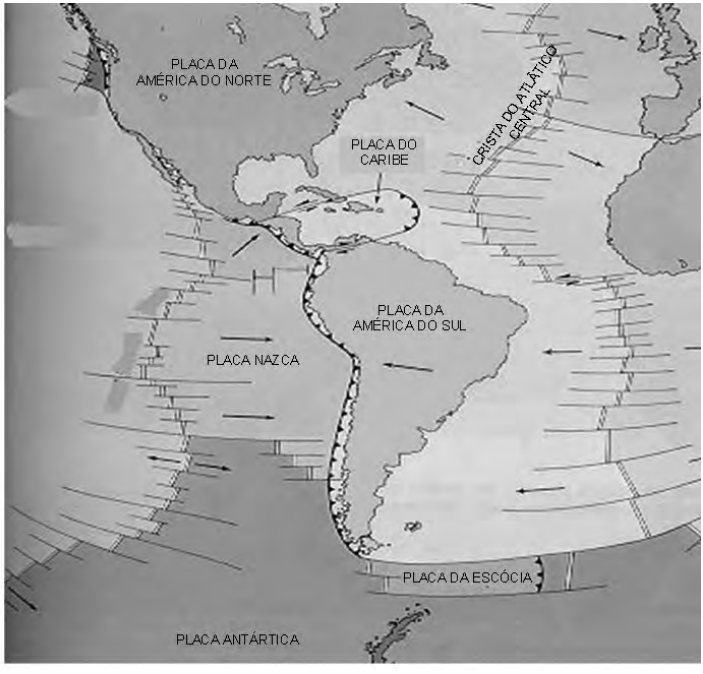
O exame do território continental brasileiro revela, *a priori*, que dispõe ele de mais de 5 milhões de km² de terras potencialmente utilizáveis para as atividades agropecuárias, número esse excepcional quando cotejado com os de outras unidades ou blocos de superfícies avantajadas. Desse total, só estão sendo aproveitados 3,5 milhões de km².

Além da indiscutível vantagem quantitativa em áreas passíveis de aproveitamento para a agropecuária, a posição e a forma do continente brasileiro ainda conferem certas qualificações a essas terras.

Com efeito, o espaço brasileiro enquadra-se nas zonas de maior luminosidade e calor do planeta e, simultaneamente, situa-se fora das áreas submetidas a rigores climáticos e fenômenos geológicos ou meteorológicos adversos, inibidores da utilização constante do solo.

No tocante aos fenômenos geológicos adversos, como tremores de terra, terremotos e vulcanismo, o distanciamento das zonas de choque entre a placa tectônica da América do Sul e as placas vizinhas (Nazca e Antártica), bem como da crista oceânica que se eleva no meio do Atlântico, garante a ausência desses fenômenos em todo o território nacional.

A posição geográfica e os climas que a ela correspondem, por favorecerem sobremaneira a fotossíntese, sem qualquer



embaraço inibidor, permitem a colheita de duas e, até mesmo, três safras anuais de culturas de ciclo curto, além de dispensarem, no caso da criação de animais, o emprego de instalações apropriadas para abrigá-los durante parte do ano.

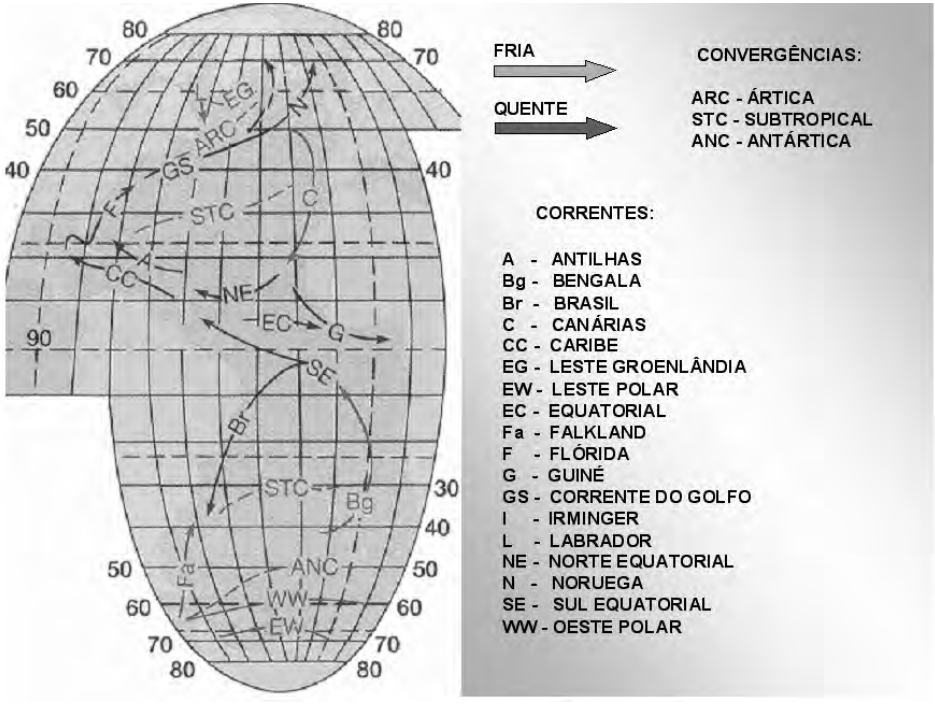
Consequentemente, a superioridade do Brasil em terras potencialmente agricultáveis deve ser multiplicada, no mínimo, por dois, quando se desejar comparar o potencial doméstico com o dos demais estados-gigantes.

A superioridade do Brasil em terras potencialmente agricultáveis deve ser multiplicada, no mínimo, por dois, quando se desejar comparar o potencial doméstico com o dos demais estados-gigantes

Outro privilégio concedido pela posição relaciona-se com o oceano que banha o nosso litoral. Como a linha de costa situa-se a oeste da massa líquida, o Efeito Coriolis, que determina o sentido anti-horário para a circulação das correntes no Hemisfério Sul, faz com que sejam quentes as águas costeiras do País, eis que derivam da corrente sul-equatorial.

Por esse motivo, são sempre elevadas as taxas de evaporação do oceano adjacente, razão pela qual não há desertos no território pátrio.

A combinação das taxas de evaporação do Atlântico Sul, na altura do nosso litoral, com os ventos dominantes nas latitudes correspondentes, privilegia o Brasil com uma precipitação média diária da ordem de 43 trilhões de litros (precipitação média anual de 184 centímetros), a mais elevada do planeta. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, a atmosfera só precipita 16 trilhões de litros por dia.



Desses 43 trilhões de litros de água precipitados no território brasileiro, 35 trilhões correspondem à precipitação sobre a Bacia Amazônica, por esse motivo responsável pela estocagem de 15% do suprimento total de água doce, em estado líquido da espaçonave Terra.

Ao contrário do que ocorre em muitas regiões do planeta, a Amazônia esbanja água doce, eis que lança ao mar, a cada segundo, 176 milhões de litros do já disputado líquido.

Além do estoque superficial de água doce em estado líquido, foi localizado no subsolo da região, englobando áreas dos estados Amazonas, Pará e Amapá, um depósito subterrâneo com volume da ordem de 86 mil km^3, o suficiente para abastecer cem vezes toda a população mundial.

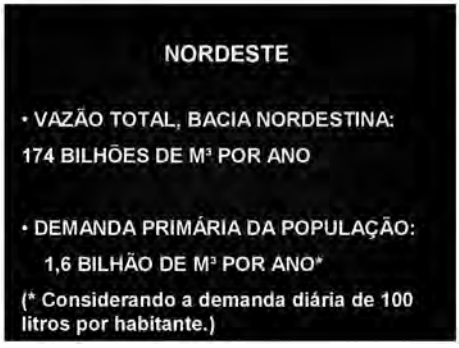
A capacidade do Aquífero Alter do Chão, esse o nome dado ao imenso depósito de água doce do subsolo amazônico, ainda não foi totalmente estabelecida

A capacidade do Aquífero Alter do Chão, esse o nome dado ao imenso depósito de água doce do subsolo amazônico, ainda não foi totalmente estabelecida, embora os dados preliminares já permitam qualificá-lo como o maior aquífero do planeta, desbancando dessa posição o Aquífero Guarani, capaz de armazenar água num reservatório de 45 mil km^3. Os dados disponíveis sobre o aquífero indicam que ele ocupa uma superfície da ordem de 438 mil km^2, com uma espessura média de 545 metros. A demarcação de Alter do Chão indica seu posicionamento numa camada da planície sedimentar da Amazônia que, como é sabido, se desenvolve por mais de 2 milhões de km^2, fato que permite admitir um volume bem maior de água subterrânea.

O Aquífero Guarani, desbancado da posição pelo Alter do Chão , localiza-se na região central da América do Sul, entre os paralelos 12° e 56° de latitude sul e entre os meridianos de 47° e 65° de longitude oeste. Ocupa uma área de 1,2 milhão de km^2, sendo que 840 mil nos limites do Brasil, 58.500 no Paraguai, 58.500 no Uruguai e 255 mil na Argentina.

Os 500 mil km^2 da caatinga, vegetação compatível com o clima semiárido instalado em parte da Região Nordeste, estão submetidos a fenômeno peculiar, decorrente do alinhamento de montanhas, que formam barreiras geomorfológicas à penetração da umidade, além da orientação dos ventos regionais, que empurram as nuvens de encontro a essas barreiras, provocando chuvas a barlavento e secura a sotavento. Ocorre que, subtraídas essas áreas enclausuradas, a Região Nordeste é bem servida de águas superficiais. A vazão total de todos os rios que banham a região é superior a 174 bilhões de m^3 por ano, enquanto que o volume de água suficiente para satisfazer todas as necessidades primárias da população nordestina, exceto irrigação, é da ordem de 1,6 bilhão de m^3 por ano, apenas 0,9% da vazão.

Os dados citados demonstram cabalmente a facilidade com que se poderá resolver o problema da falta de água no Nordeste, bastando para isso a decisão política de



captar as águas, transportá-las a distância por adutoras, armazená-las e distribuí-las pelas residências.

Caso haja necessidade de maior volume do precioso líquido, para irrigação de tratos agrícolas, por exemplo, há ainda o recurso de transferir águas dos rios São Francisco e Tocantins para as bacias nordestinas.

Nos dois casos, todavia, torna-se necessária a construção de barragens nos cursos dos rios centrais das bacias, para aumentar o tempo de trânsito das águas no território continental e armazenar um bom volume do líquido como reserva estratégica.

Caso haja necessidade de maior volume do precioso líquido, para irrigação de tratos agrícolas, por exemplo, há ainda o recurso de transferir águas dos rios São Francisco e Tocantins para as bacias nordestinas

A forma do território, outrossim, com acentuado alongamento no sentido dos meridianos, concede ao País a grande dádiva da diferenciação climática, fator primordial à diversidade de culturas.

Terras agricultáveis em quantidade, abundância de luz e calor, elevado índice pluviométrico e notável diferenciação climática, eis aí a receita ideal para o sucesso das atividades do campo e para a exclusão do Brasil da lista dos países vulneráveis à crise de alimentos que ameaça grande parte da humanidade.

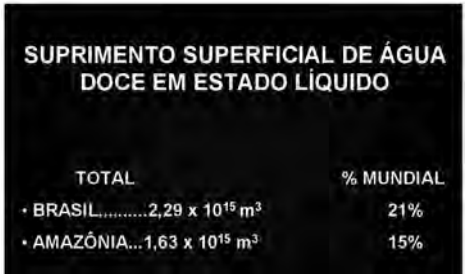
Ainda com relação ao espaço físico brasileiro, deve ser ressaltado o fato relevante de boa parte do território continental, praticamente a metade dele, ainda conservar a vegetação primária, isto é, aquela existente em data anterior à chegada dos europeus.

Só na Amazônia brasileira (4,2 milhões de km^2), a formação florestal nativa ainda recobre 3 milhões de km^2, de permeio com 500 mil km^2 de outras tipologias vegetais virgens. A despeito das maledicências espalhadas pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) estrangeiras, algumas delas corroboradas por órgãos governamentais, a verdadeira Amazônia brasileira é o bioma mais bem conservado do planeta. Esse detalhe feliz coloca nas mãos dos brasileiros o paraíso da biodiversidade, isto é, o maior banco genético da Terra.

O Brasil, todavia, embora amazônico por determinismo geográfico, não se resume à Amazônia.

Há cerca de 1,5 milhão de km^2 de vegetação primária nas demais unidades paisagísticas do país, quais sejam o domínio dos cerrados, a zona dos cocais, os domínios da caatinga, da mata atlântica, do pantanal e o das coxilhas.

No geral, essas unidades reforçam sobremaneira as dádivas da biodiversidade, o potencial madeireiro, além de enriquecer os patrimônios florístico e faunístico do Brasil.



Não há crise de matérias-primas, sejam elas do reino vegetal, sejam do reino animal, que nos possa alcançar.

A possibilidade mais séria de crise para a humanidade, como é voz corrente, é a de água potável.

Pois bem, o suprimento superficial de água doce, em estado líquido, existente no Brasil (2,29 x 10^{15} m^3) corresponde a 21% das disponibilidades mundiais. Só a Amazônia brasileira mantém em estocagem 1,63 x 1015 m^3 de água potável, ou seja, 15% do que existe na Terra.

Some-se a esse volume superficial à capacidade de armazenamento dos dois aquíferos gigantes, o Alter do Chão e o Guarani, para concluir, sem sombra de dúvida, que os brasileiros não precisam temer que lhes falte o precioso líquido.

Quanto às matérias-primas de origem mineral, fácil demonstrar a posição cômoda do Brasil, inclusive porque a Amazônia brasileira, em vez da África do Sul, é o verdadeiro "Oriente Médio dos Metais".

As áreas cristalinas do País (massas pré-paleozoicas, que não sofreram ulteriores dobramentos orogenéticos) somam 5,4 milhões de quilômetros quadrados, enquanto as áreas sedimentares emersas equivalem a 3,1 milhões, tudo em números redondos.

Os Escudos e demais áreas cristalinas, embora com boa parte do subsolo opaco, isto é, não submetido a qualquer tipo de pesquisa, já revelaram a presença das 26 substâncias metálicas de uso mais comum, sendo que em muitos casos com reservas de grandes proporções.

Assim dizendo, está tudo resumido!

As quatro bacias sedimentares emersas, à semelhança das áreas cristalinas, são bem férteis, podendo-se dizer o mesmo das bacias imersas, incluindo a plataforma continental.

Não há crise de matérias-primas, sejam elas do reino vegetal, sejam do reino animal, que nos possa alcançar

*** * ***

O Brasil, pois, observará de longe a crise de matérias-primas da natureza mineral, por ser autossuficiente no setor

Uma única restrição incide sobre elas, qual seja a pequena disponibilidade de carvão mineral, uma vez que só na parte meridional da Bacia do Paraná aparecem alguns depósitos, não muito significativos, dessa substância energética.

Os climas prevalecentes nos territórios que viriam a compor o Brasil, no decorrer do Carbonífero, explicam essa falha. O futuro território brasileiro, na época, orbitava em torno do Polo Sul, apresentando clima seco e vegetação rasteira.

Quanto às demais substâncias que se aglomeram nas rochas sedimentares, não há razão para queixas, mormente quando se tem conhecimento da densidade de pesquisa aplicada ao subsolo, que é insignificante.

No que tange ao petróleo, as reservas medidas do País situam-se em torno de 14 bilhões de barris de hidrocarbonetos. Com as descobertas

na camada do pré-sal, que se prolonga por 800 km, desde o litoral do Espírito Santo até o de Santa Catarina, essas reservas devem ultrapassar a ordem de 70 bilhões de barris, capazes de gerar óleos mais leves, compatíveis com as refinarias instaladas no País.

O Brasil, pois, observará de longe a crise de matérias-primas da natureza mineral, por ser autossuficiente no setor!

Resta, ainda, um rápido exame da capacidade energética nacional, a fim de verificar se o País apresenta vulnerabilidades neste setor vital.

Um dos pontos cruciais do setor energético é a possibilidade de posicionamentos mais severos ao aproveitamento das reservas de hidrocarbonetos nas próximas décadas, devido às restrições, cada vez maiores, ao despejo na atmosfera do dióxido de carbono, resultante do uso dos combustíveis fósseis.

A linha de ação mais importante para ultrapassar esse problema é aquela de substituir paulatinamente o uso dos combustíveis fósseis, trocando-os por fontes de energia renováveis e limpas. Tal linha de ação é absolutamente viável, como será demonstrado.

O Brasil tem todas as condições para produzir combustíveis de origem vegetal, aproveitando a biomassa. O álcool e o biodiesel são bons exemplos de combustíveis alternativos, para os quais os brasileiros já dispõem de tecnologia avançada. O "diesel" vegetal obtido de inúmeras palmáceas, como o dendê, é uma outra alternativa para substituição de hidrocarbonetos.

Além desse aproveitamento indireto da energia solar, há também duas excelentes opções para fazê-lo diretamente, tirando partido da posição do País e de suas condições climáticas: placas armazenadores de calor e células fotovoltaicas que geram eletricidade.

Uma outra opção extremamente vantajosa é o aproveitamento da energia eólica, principalmente no litoral e no mar territorial, onde se poderá "plantar florestas" de moinhos de vento.

O Brasil tem um potencial hídrico inventariado igual a 260 mil megawatts de potência instalada, do qual somente uns 30% estão sendo aproveitados

Acontece, porém, que conta o Brasil com um potencial hídrico inventariado igual a 260 mil megawatts de potência instalada, do qual somente uns 30% estão sendo aproveitados. Desse total, a Amazônia contribui com 154 mil megawatts.

Portanto, existe uma perspectiva concreta de se instalar mais 180 mil megawatts por conta de novas hidrelétricas.

Tudo o que se pretendia transmitir, até agora, é a informação, segura e isenta, de que o Brasil é o campeão mundial dos recursos naturais

Detalhe curioso: os Estados Unidos da América já aproveitaram todo o seu potencial hídrico, que totaliza apenas 101 mil megawatts.

A capacidade de geração de energia no Brasil não se esgota com o que já foi mencionado, eis que o hidrogênio líquido, o urânio e o tório poderão ser usados para tal, sendo que o urânio e o tório são abundantes no nosso subsolo continental.

Destarte, o Brasil tem reais condições para oferecer energia aos seus habitantes, seja para o conforto pessoal, seja para o progresso continuado.

Tudo o que se pretendia transmitir, até agora, é a informação, segura e isenta, de que o Brasil é o campeão mundial dos recursos naturais, dentro desse sistema fechado da espaçonave Terra.

Isto posto, não há como deixar de formular uma pergunta lógica: por que todas essas benesses que o território oferece ainda não foram aproveitadas para tornar os brasileiros prósperos e felizes?

A resposta só poderá ser uma: má gestão dos negócios de Estado.

Entenda-se por má gestão ignorância, incompetência, corrupção e outras coisas do mesmo quilate.

Na verdade, o Brasil, como Estado independente, foi mal parido. A Carta de Lei de D. João VI, que ratificou o Tratado de 1825, pelo qual Portugal reconheceu a independência do Brasil, demonstra a maneira "gentil" que presidiu a nossa separação.

Nela o Rei de Portugal assume o título de Imperador do Brasil, compartilhando-o com o filho D. Pedro de Alcântara, a quem confirmou como seu herdeiro e sucessor.

Em simultaneidade, ocorreu a faceta dramática do reconhecimento da nossa independência: D. Pedro aceitou a imposição portuguesa de transferir para o Brasil uma dívida de 2 milhões de libras esterlinas, que Portugal contraíra com os banqueiros ingleses.

Tal ato teve como consequência a transferência do comando dos negócios do Brasil para a Inglaterra e, pior do que isso, a manutenção de todas as práticas econômicas coloniais: exportação de matérias-primas brutas em troca de produtos manufaturados.

Essa prática pecaminosa perdurou até os dias atuais, exceto durante a pausa revigorante que nos proporcionou Getúlio Vargas, um presidente nacionalista.

O que se passou daí por diante, é história contemporânea, que não vem ao caso relembrar.

Todavia, não se pode deixar de ressaltar o grau de dependência a que fizeram chegar o Brasil, principalmente devido à interferência de neoliberais, expressão elegante para designar entreguistas, que caíram no conto da "globalização".

Segundo o famoso publicista norte-americano John Kenneth Galbraith, "a globalização não é um conceito sério, e nós, norte-americanos, a inventamos para dissimular a nossa política de intervenção econômica nos outros Estados e para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital, que sempre causam graves problemas".

De um modo geral, no Brasil, todas as atividades econômicas de porte passaram às mãos de grupos de fora, cujos acionistas são completamente dissociados da comunhão nacional.

E a desnacionalização prossegue a todo vapor, como indicam os números representativos das transações com o exterior e o das remessas de lucros das empresas estrangeiras para as suas matrizes.

As taxas elevadíssimas de juros, fixadas solenemente pelo Comitê de Política Monetária, o chamado Copom, têm o pretexto de frear a inflação, mas na verdade são mantidas lá na estratosfera para atrair investimentos diretos que equilibrem as contas externas do País, além, é claro, de favorecer aos bancos aqui estabelecidos.

Até os bancos estrangeiros receberam inédita autorização para operar no varejo bancário, auferindo lucros e remetendo os mesmos para os países de origem à custa da poupança dos cidadãos brasileiros.

E para rematar a manobra entreguista, há o ingresso do capital estrangeiro na mídia, com o que será consumada a captura total do compartimento econômico do País, sem que os brasileiros recebam qualquer informação a respeito.

É hora de reagir!

A única reação eficaz, entretanto, será aquela comandada por cidadãos que não sejam destros, nem tampouco sinistros, mas plenamente brasileiros; que não sejam a favor do Estado-Mínimo, nem tampouco do Estado-Máximo, mas tão somente do Estado-Necessário.

Empolgando o poder, esses nacionalistas de escol tratariam logo de inverter o rumo adotado para a condução dos negócios do Estado.

Uma postura mais introspectiva em relação ao mundo ao largo e uma atuação mais efetiva no plano interno, seriam as características marcantes dessa inversão de rumo.

Impraticável discutir agora todas as medidas corretivas de que o País carece, embora deva ficar bem claro que algumas delas hão de ser duras e provocativas.

Dentre todas merece destaque especial a guinada radical no comportamento do Brasil, deixando de lado a política "exportadora-importadora" para assumir a posição de "produtor-consumidor", com o foco voltado para o suprimento das necessidades internas, de modo a eliminar, de uma vez por todas, os bolsões de miséria espalhados por todo o território.

Uma segunda medida urgente será a alteração no texto constitucional, para restabelecer a distinção entre as empresas brasileiras de capital nacional das empresas ditas "brasileiras", mas de capital estrangeiro. Tal mudança é absolutamente necessária para reverter a maré desnacionalizante provocada por neoliberais.

Outras medidas derivadas seriam: a proibição do acesso ao subsolo aplicável às empresas de capital estrangeiro; a eliminação das licitações, conduzidas pela Agência Nacional de Petróleo, para concessão de direitos de lavra em terra e em blocos da plataforma continental; a nacionalização (note-se, nacionalização, mas não necessariamente estatização) de algumas empresas vitais como a Vale do Rio Doce (Portal da Amazônia); e a redução paulatina da comercialização externa de minérios brutos, casando tais operações com a aquisição, pelos estrangeiros, dos produtos finais do beneficiamento dos mesmos minerais.

Também necessários são: a retirada paulatina dos bancos estrangeiros do varejo bancário, por não ser admissível que os depósitos dos brasileiros gerem lucros para outros países; a anulação do ato que permite o ingresso de capital de fora na mídia nacional, por não ser aceitável a exposição da mente dos brasileiros à doutrinação estrangeira; o direcionamento preferencial do crédito agrícola para as culturas responsáveis por grandes dispêndios de divisas; e o contingenciamento das exportações de produtos agrícolas, de modo que as vendas para o exterior não introduzam preços externos no cotidiano brasileiro.

Além disso, há que se fazer respeitar, intransigentemente, o direito de propriedade, hoje constantemente violado pelos "sem alguma coisa".

Evidente que merecem apoio os "sem-trabalho", porque são vítimas da má gestão praticada pelos políticos brasileiros.

Como a Amazônia está na moda, conforme demonstrado pelas diversas versões de teorias conspiratórias que sobre ela versam, acrescentar-se-iam às medidas imediatas dos nacionalistas, alçados ao poder, as seguintes:

– Retomada imediata da estratégia portuguesa que nos legou a Amazônia, que se resumia no tamponamento das vias de acesso que do exterior penetram no território nacional e a vivificação de certos trechos da fronteira localizados defronte áreas vivificadas pelos países lindeiros. Note-se que o tamponamento, agora incluindo o espaço aéreo, carece de reforço da Marinha no patrulhamento dos rios, eis que os postos de fronteira estáticos não

são eficientes no cumprimento da tarefa de evitar as incursões, via fluvial, promovidas por outros países.

– Implantação urgente do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico, conduzido pelo Governo Federal, para conservação eficaz dos ecossistemas regionais e, ao mesmo tempo, para seleção de áreas onde poderão ser implantados projetos alternativos de uso do espaço amazônico.

– Interrupção brusca das atividades das Organizações Não Governamentais estrangeiras atuantes na região e retirada dos seus agentes da Amazônia brasileira.

– Revisão do dimensionamento exagerado das "reservas indígenas", afastando-as, sempre que possível, das faixas de fronteiras.

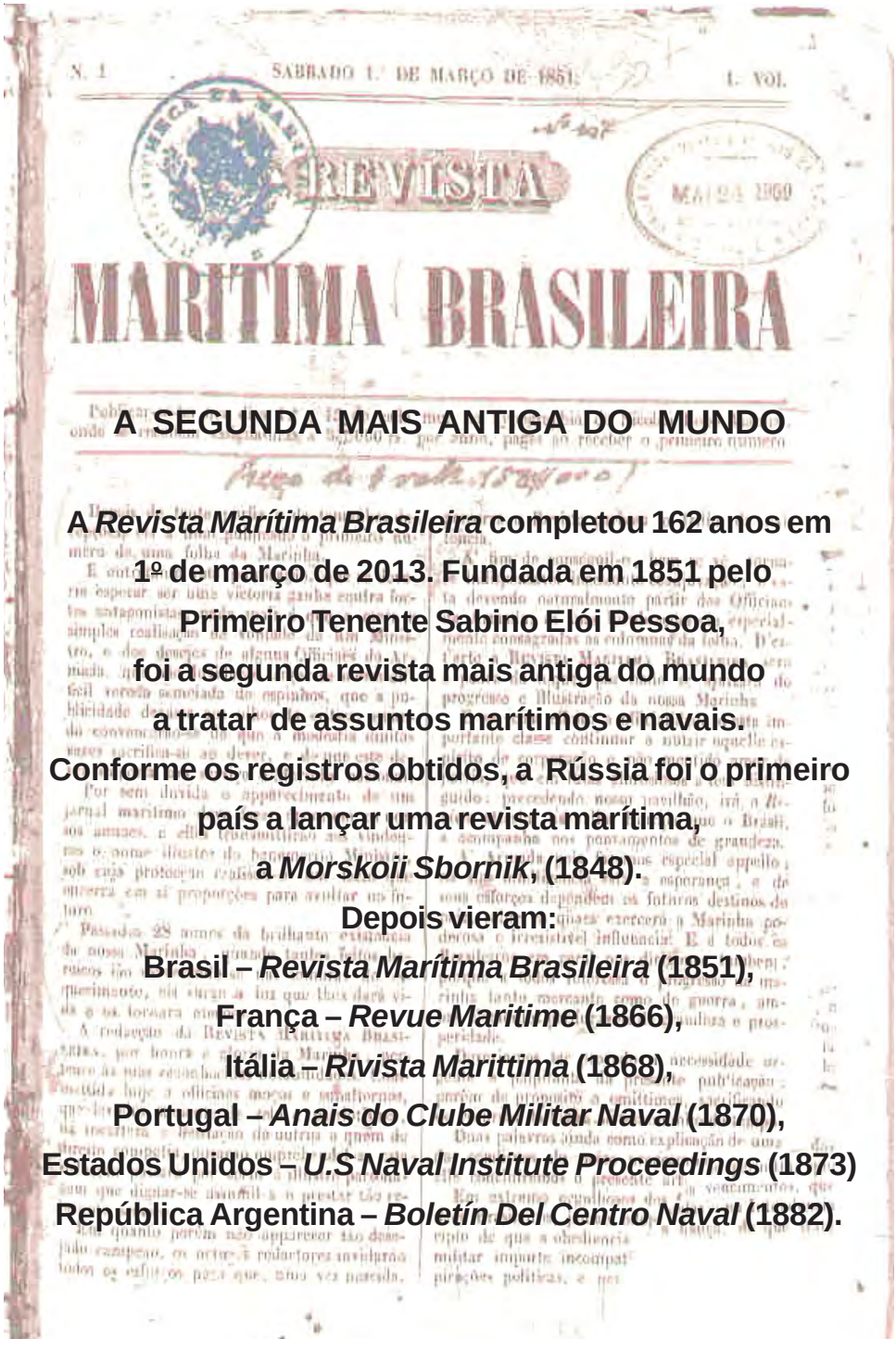
Uma vez ultrapassado o obstáculo maior à ação nacionalista, acredita-se piamente que estarão abertas as condições para geração de um tsunami verde-amarelo que recobrirá o País de ponta a ponta

Mas, para que isso venha a acontecer, faz-se necessário que todos os nacionalistas se empenhem de corpo e alma.

Uma vez ultrapassado o obstáculo maior à ação nacionalista, acredita-se piamente que estarão abertas as condições para geração de um tsunami verde-amarelo que recobrirá o País de ponta a ponta.

É o que a situação requer e é o que o povo brasileiro vem suplicando há muito tempo.

🗁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<POLÍTICA>; Desenvolvimento; Geopolítica; Política Nacional; Energia; Matéria-Prima; Recursos;


N. 1 SABBADO 1.º DE MARÇO DE 1851. 1. VOL.

REVISTA

MARITIMA BRASILEIRA

A SEGUNDA MAIS ANTIGA DO MUNDO

A *Revista Marítima Brasileira* completou 162 anos em 1º de março de 2013. Fundada em 1851 pelo Primeiro Tenente Sabino Elói Pessoa, foi a segunda revista mais antiga do mundo a tratar de assuntos marítimos e navais.

Conforme os registros obtidos, a Rússia foi o primeiro país a lançar uma revista marítima, a *Morskoii Sbornik*, (1848).

Depois vieram:

Brasil – *Revista Marítima Brasileira* (1851),

França – *Revue Maritime* (1866),

Itália – *Rivista Marittima* (1868),

Portugal – *Anais do Clube Militar Naval* (1870),

Estados Unidos – *U.S Naval Institute Proceedings* (1873)

República Argentina – *Boletín Del Centro Naval* (1882).